

Sumário

- 04 Carta do Presidente do Conselho de Administração – CEG**
- 06 Mensagem do Presidente e do Country Manager**
- 08 Modelo de Negócio e Criação de Valor**
 - 10 Cenários Macroeconômico e Energético
 - 12 Gas Natural Fenosa Amplia sua Diversificação Geográfica na América Latina com Modelo de Negócio Competitivo e Integrado
 - 13 Primeira Distribuidora de Gás da América Latina
 - 14 Gas Natural Fenosa no Brasil: Total de Clientes Ultrapassa 937 mil e Vendas de Gás Crescem 18,8%
 - 16 Evolução da Atividade da Ceg
- 18 Resultado Operacional**
 - 20 Atividade Comercial
 - 24 Serviço a Clientes
 - 26 Atividade Técnica
- 30 Resultados Financeiros**
 - 32 Recursos Investidos
 - 33 Sumário Financeiro
 - 34 Remuneração aos Acionistas
 - 35 Financiamentos
 - 35 Panorama Tributário
- 36 Valor Gerado para a Sociedade**
 - 38 Relacionamento com a Sociedade
- 40 Desempenho Econômico-Financeiro**
 - 42 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
 - 44 Demonstrações Contábeis
- 78 A Administração**
 - 80 Comitê de Direção
 - 81 Conselho de Administração
 - 82 Acionistas





Carta do Presidente

Senhores,

A Gas Natural Fenosa é uma multinacional presente hoje em 30 países, nos quais oferece serviços para mais de 23 milhões de clientes, em cinco continentes. Opera em toda a cadeia de valor do gás e é a primeira distribuidora da América Latina. Seu perfil de negócios tem na presença internacional uma fortaleza que a cada ano vem se consolidando e recebendo mais investimentos. Em 2014, os investimentos na América Latina cresceram 20,9% em comparação ao ano anterior.

O Brasil teve posição de destaque nesse cenário, já que 6,2% do valor total do Ebitda da Gas Natural Fenosa no mundo – 4.853 milhões de euros – foram provenientes do país. Em vendas de gás, o Brasil teve uma melhora de 18,8% e foi responsável por 42,4% do total da América Latina. Esses números expressivos são resultado do bom desempenho das empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil, onde a Ceg Rio teve, em 2014, posição de destaque.

A empresa registrou aumento de 19,7% nas vendas para geração elétrica, as quais atingiram o total de 7.970 mil metros cúbicos por dia. A crise hídrica foi a maior responsável pelo grande acionamento das térmicas, mas não foi só esse segmento que fechou o ano de forma positiva na Ceg Rio. O mercado comercial também cresceu 17,1% em relação a 2013 e o total de clientes da companhia chegou a 46.000. Novas tarifas, mais competitivas, resultado da terceira revisão quinzenal, impactaram nesse resultado.



Vale lembrar ainda o início do fornecimento de gás via GNC (gás natural comprimido) para o município de Paraty, importante polo turístico do Rio de Janeiro. O abastecimento através de GNC é uma opção que está viabilizando a entrada do gás em municípios com consumo industrial restrito, porém com boa capacidade nos demais mercados, inclusive de GNV (gás natural veicular). Nesse segmento, a Ceg Rio conseguiu um incremento de 2% no número total de clientes, fechando 2014 com 110 postos.

As atividades técnicas da Ceg Rio continuaram, em 2014, pautadas pela atenção às normas e aos procedimentos de proteção ambiental. Em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa, a companhia implantou, certificou e mantém o Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, atendendo, assim, ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais.

Em 2014, ampliou o escopo dessa certificação para incluir também as atividades de planejamento, desenvolvimento e exploração das redes de distribuição de gás natural; atendimento ao cliente, entre outros. Para atender a esses compromissos, a Ceg Rio realizou, em 2014, diversas atividades de educação ambiental, tais como treinamentos, comunicados internos de conscientização quanto ao consumo consciente dos recursos naturais, biodiversidade e redução de emissões atmosféricas.

Atualmente, a Ceg Rio está presente em 35 municípios nas regiões Norte e Noroeste Fluminense; Baixada Litorânea; Região Serrana; Médio Paraíba; e Centro Sul do Estado. Ao melhorar a infraestrutura desses municípios, a atividade da Ceg Rio acaba por ajudar de forma esférica o seu desenvolvimento, levando a essas regiões outros valores como cultura, cidadania e educação.

A adequada relação com o nosso entorno constitui para a Gas Natural Fenosa um aspecto estratégico fundamental, imprescindível para a geração de valor e para cuidar da sustentabilidade da companhia a longo prazo.

Assim, grande parte dos projetos que a Ceg Rio apoiou em 2014 tinham como foco a promoção da identidade cultural das suas respectivas regiões. Acreditamos que a melhor forma de ajudar no desenvolvimento dos municípios é fazendo com que os mesmos possam conhecer o que produzem de melhor, seja no aspecto cultural, educacional ou social.

O Festival Vale do Café, por exemplo, levou música e informação histórica ao sul do Estado do Rio de Janeiro. Em 2014, o evento aconteceu em 15 municípios da região, onde as belas fazendas dos barões do café abriram suas portas ao público para apresentações de espetáculos musicais de qualidade. Em Saquarema, a Ceg Rio apoiou o Festival Cultura das Artes, cuja programação gratuita

exibiu filmes premiados, música e teatro, apresentados por renomados pensadores brasileiros mas, principalmente, por artistas locais.

Com esse retrospecto, o reconhecimento pelos seus públicos de relacionamento, traduziu-se para a Ceg Rio em vários prêmios importantes ao longo do ano, revelando que estamos em linha com os nossos princípios de rentabilidade sustentável mas também retribuindo com uma contribuição positiva à sociedade.

Antes de finalizar essa carta, gostaria de registrar meu agradecimento a toda a equipe da companhia, parceiros e colaboradores, pelo compromisso com os resultados obtidos. Agradeço também aos acionistas, que a cada ano renovam sua confiança em nosso modelo de gestão.

Muito obrigado.

Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração



Mensagem do Presidente e do Country Manager

Levar o gás natural para um número cada vez maior de usuários e municípios de sua área de concessão. Essa tem sido a principal missão da Ceg Rio desde julho de 1997, quando começou a ser operada pela Gas Natural Fenosa. Por isso, é com grande satisfação que apresentamos esse informe, que demonstra a conquista de avanços importantes na universalização do gás natural.

Um desses avanços foi a expansão do serviço por meio do sistema de gás natural comprimido (GNC). Esse modelo de distribuição está viabilizando a chegada do gás natural em cidades com baixa atividade industrial, mas que apresentam grande potencial para os segmentos residencial, comercial, incluindo postos de GNV. No lugar do gasoduto de transporte, o gás chega por meio de carretas equipadas com cilindros. Esses cilindros abastecem uma base de descompressão que se conecta às redes de média e baixa pressão, que levam o gás até os centros urbanos.

Em 2014, além de iniciar o fornecimento via sistema de GNC em Paraty, a Ceg Rio também firmou contrato para construção de uma base de descompressão que permitirá o fornecimento de gás natural ao distrito de Itaipava, município de Petrópolis.

A expansão do serviço de distribuição, somada à implantação de tarifas mais competitivas, em função da terceira revisão

quinquenal, contribuíram para que Companhia alcançasse bom desempenho operacional. A Ceg Rio fechou o ano com um incremento líquido de clientes 18% superior ao exercício anterior, alcançando um total de 46 mil consumidores atendidos.

O volume de vendas de gás também foi destaque. Atingiu a média de 10,5 milhões de metros cúbicos/dia – 16,8% acima do registrado no exercício anterior. Todos os mercados tiveram bom desempenho em vendas, com destaque para os segmentos de geração térmica e comercial, que cresceram 19,7% e 17,1%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Para garantir esse crescimento, a Ceg Rio contou com investimentos de R\$ 28 milhões, sendo a maior parte destinada à criação de infraestrutura para distribuição de gás natural. A Companhia também investiu na modernização do sistema de distribuição e instalou 28 novos pontos do sistema de telegestão. Dessa forma, a Ceg Rio ampliou ainda mais sua capacidade de monitoramento da rede em tempo real, por meio do seu Centro de controle.

Todo esse crescimento veio acompanhado do nosso compromisso com a segurança e a saúde, com a melhoria na qualidade do serviço, com a preservação do meio ambiente e o empenho na geração de uma contribuição positiva para nossa área de atuação.



Ao longo do ano, desenvolvemos uma série de ações voltadas para a melhora qualitativa da cultura de segurança na empresa, mediante um enfoque baseado nos compromissos individuais e na antecipação de situações de riscos. Por mais um ano, não houve acidentes de trabalho que estivessem relacionados ao sistema de distribuição.

Também investimos na melhoria da qualidade do serviço prestado pela empresa. Uma das ações de destaque foi a ampliação do escopo da ISO 14.001/2014. Com isso, o processo de certificação que englobava apenas projetos de construção de redes de alta pressão passou a avaliar as obras de média e baixa pressão e os serviços de atendimento ao cliente, incluindo o pós-venda.

Também demos continuidade à nossa política de apoio a projetos de arte, cultura e educação. Uma das iniciativas foi o projeto Dias Novos Virão, no qual foram visitadas 32 escolas do interior do Estado com apresentações de teatro sobre o uso eficiente da energia. Por meio dessa iniciativa, 7.850 alunos e mil educadores foram beneficiados.

Por tudo isso, foi com muito orgulho que recebemos o prêmio de empresa parceira pelo Top Gás, que avaliou todas as distribuidoras de gás canalizado do país. O reconhecimento levou em consideração as relações que conseguimos estabelecer com o mercado no período de 2013/2014.

Sem dúvida, um sinal de que a lista de realizações conquistadas até aqui revela o amadurecimento desta Companhia e garante seu lugar definitivo entre as maiores empresas de gás do País.

E todo esse histórico de crescimento é uma amostra do comprometimento da nossa equipe de colaboradores, da confiança dos nossos acionistas e do apoio que temos recebido.

Confiantes no futuro, estamos preparados para crescer ainda mais.

Bruno Armbrust

Presidente da Gas Natural Fenosa Brasil

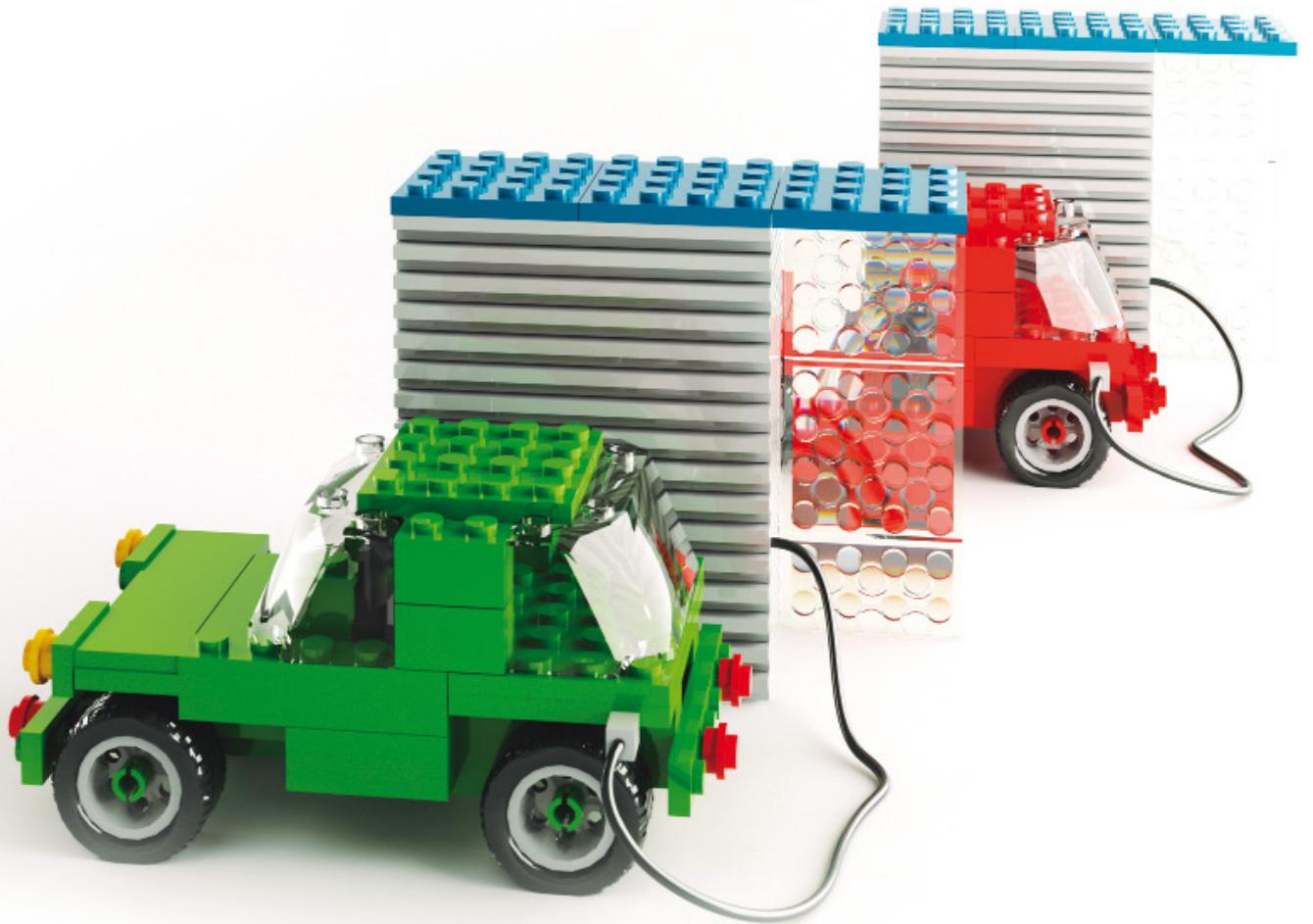
Antoni Almela

Country Manager da Gas Natural Fenosa Brasil



Modelo de Negócio e Criação de Valor

- 10 Cenários Macroeconômico e Energético
- 12 Gas Natural Fenosa Amplia sua Diversificação Geográfica na América Latina com Modelo de Negócio Competitivo e Integrado
- 13 Primeira Distribuidora de Gás da América Latina
- 14 Gas Natural Fenosa no Brasil: Total de Clientes Ultrapassa 937 mil e Vendas de Gás Crescem 18,8%
- 16 Evolução da Atividade da Ceg





Cenários Macroeconômico e Energético

No cenário internacional, em 2014, os países da América Latina experimentaram uma forte queda na evolução do PIB, alcançando apenas um crescimento de 0,7% na região como um todo. Isso foi motivado principalmente pela contínua desaceleração da demanda mundial de *commodities* e pela queda no consumo doméstico. A Argentina, que é o principal sócio comercial do Brasil, por exemplo, experimentou uma retração do seu PIB, afetando significativamente o comércio internacional entre os dois países. A China, que também é um dos principais sócios comerciais do Brasil, continuou com a desaceleração do seu crescimento (7,4% em 2014). Já os países desenvolvidos experimentaram uma leve recuperação, impulsionada principalmente pelos Estados Unidos (2,4% em 2014), mas o crescimento foi ainda lento e, em geral, instável, especialmente nos países da União Europeia. Essa conjuntura afeta os preços das *commodities*, que continuaram em queda em 2014, em especial os preços do minério de ferro e do petróleo, que fecharam o ano com as menores cotações, desde 2009.

O Brasil experimentou um novo ano de pouco crescimento, com uma variação positiva de apenas 0,1% anual, inclusive apresentando retração do PIB nos dois primeiros trimestres do ano. Em 2014, o PIB do setor industrial apresentou uma retração de 1,5% segundo as Federações de Indústria do país. Os principais fatores foram as pressões inflacionárias (IPCA de 6,41% a.a.), que motivaram a progressiva elevação da taxa referencial de juros Selic (de 10% até 11,75%); a queda no salário real, afetando o consumo doméstico, e a fraca demanda externa, motivada por menor crescimento da economia mundial e crise da Argentina. No ano, o Real teve uma desvalorização de 9,7% em relação ao dólar americano.

O ano de 2014 também foi marcado pela organização da Copa do Mundo de futebol da FIFA e pelas eleições presidenciais no Brasil, eventos que afetaram a atividade industrial e adiaram decisões de investimento no setor. Em outubro, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita ao cargo e, ao final do ano, fez mudanças no seu gabinete econômico visando à

aplicação de políticas de ajuste fiscal e aperto monetário, objetivando recuperar, em médio prazo, o ritmo de crescimento do país, com combate à inflação e aumento do investimento externo.

A respeito da demanda de energia elétrica, existiram especulações sobre o risco de o país enfrentar um racionamento, devido ao baixo nível dos reservatórios de água, principalmente da Região Sudeste. Contudo, no curso de 2014 não foram adotadas políticas restritivas ao consumo elétrico e de água, mas o ano finalizou com o nível dos reservatórios abaixo de 20% de sua capacidade, um patamar inclusive inferior ao do ano 2001, quando houve racionamento.

Em razão desse cenário, as usinas termelétricas foram acionadas praticamente o ano inteiro, elevando o preço da energia elétrica no mercado *spot*, que atingiu patamares recordes históricos, com média semanal de 688 BRL/MWh, afetando também a atividade de grandes consumidores industriais.

O consumo de energia fechou o ano com um crescimento de 2,2%, somando 473,4TWh. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009. Como ocorreu em 2013, o aumento do consumo de energia foi puxado principalmente pelo consumo residencial (+5,7% a.a.), em razão principalmente da instalação maciça de equipamentos de ar-condicionado nas moradias em regiões do país com temperaturas médias bem elevadas. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com um recuo de 3,6%, em decorrência da queda da atividade do setor metalúrgico.

Influenciado, sobretudo, pela geração termelétrica, o consumo de gás natural no Brasil atingiu, em 2014, um novo patamar recorde, com média de 100 mm³/d (milhões de metros cúbicos por dia).

De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), o consumo nacional de gás natural cresceu 16,3% frente a 2013, sendo que o segmento de geração elétrica representou mais da metade do consumo total do país.

Excluindo o segmento de geração elétrica, o consumo nacional de gás natural praticamente se manteve estável, com diversos comportamentos nos diferentes segmentos. O setor industrial fechou o ano com média de consumo de 28,5 mm³/d, apresentando uma variação de 1,1% em relação a 2013, impactado pela queda da atividade industrial. Já a demanda residencial sofreu os efeitos da crise hidrológica, com uma retração de 3,9% em comparação com 2013, e o segmento comercial cresceu 2,96%. No setor automotivo, as vendas de gás natural veicular (GNV) recuaram pelo sexto ano consecutivo, com uma retração de 2,3%, porém se espera uma recuperação desse segmento em curto prazo, devido ao ganho de competitividade frente aos outros combustíveis, principalmente a gasolina, que teve alta de preço ainda no final de 2014.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,3%, com o total de 27,3 mil km.

Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional, com média anual de 95 mm³/d, 16,6% superior à verificada em 2013. A produção nacional continuou sendo impulsionada pelo desenvolvimento da área *off-shore* do pré-sal, que em dezembro aportou média de 23,6 mm³/d. Esse crescimento foi em razão da produção associada ao petróleo no pré-sal, que também bateu recordes a partir da entrada em operação de novas sondas de perfuração e unidades de processamento flutuantes. Em dezembro,

a produção doméstica total de petróleo atingiu o patamar de 2.497 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), correspondendo 27% ao pré-sal, com 47 poços em operação. A Petrobras continua sendo o principal produtor de petróleo e gás, operando 92% da produção total de hidrocarbonatos do país.

O crescimento da demanda de gás natural também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 34% em 2014, com regaseificação de um volume médio superior a 20 mm³/d, com três terminais de operação no país (Guanabara, Pecem e Bahia). As importações da Bolívia se mantiveram em níveis máximos, com um volume médio de 33 mm³/d.

Em 2014, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu início ao processo para leiloar, em 2015, o primeiro gasoduto a ser operado em regime de concessão, de acordo com a Lei do Gás. Neste primeiro projeto, deverá ser construído um gasoduto de apenas 11 km de extensão. Espera-se que, no futuro, o processo dê origem a novas infraestruturas com livre acesso de produtores privados, favorecendo uma oferta de gás mais diversificada no Brasil, questão importante para um maior desenvolvimento do mercado e do setor.



Gas Natural Fenosa Amplia sua Diversificação Geográfica na América Latina com Modelo de Negócio Competitivo e Integrado

Grupo multinacional líder no setor energético, pioneiro na integração do gás e da eletricidade, a Gas Natural Fenosa está presente em mais de 30 países, onde oferece serviços para mais de 23 milhões de clientes dos cinco continentes.

Graças a essa sua forte presença internacional, ao seu perfil de negócios e a uma estrita política financeira, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com um lucro líquido de 1,462 bilhão, 1,2% a mais que no exercício anterior.

O Ebitda consolidado da companhia alcançou, em 2014, 4.853 milhões de euros, 0,1% maior do que no ano anterior, apesar de ter um meio macroeconômico, energético e regulatório exigente, e graças ao adequado equilíbrio entre os negócios regulados e liberalizados nos mercados gasista e elétrico, e à contribuição crescente e diversificada da presença internacional.

O seu modelo de negócio apostou no crescimento da atividade internacional e em 2014, essa tendência se evidenciou com a aquisição da empresa chilena Compañía General de Electricidad (CGE). Trata-se de uma operação de grande importância estratégica, já que o Chile é um mercado-chave na América Latina, desfrutando de uma posição de liderança nos mercados de gás e eletricidade.

Além disso, reforça a posição da Gas Natural Fenosa como um dos importantes agentes na distribuição de eletricidade na América Latina e facilita sua participação em projetos de geração de eletricidade, em um futuro próximo.

Para atingir essa posição, a empresa dedicou importante parte de seus investimentos totais a esta região. No âmbito internacional, os investimentos na América Latina cresceram 20,9% em comparação ao ano anterior, devido, em boa medida, ao registro da parte dos compromissos para o período 2014-2017 em distribuição de gás no Brasil.



Primeira Distribuidora de Gás da América Latina



A Gas Natural Fenosa opera em toda a cadeia de valor do gás. A empresa é a líder no mercado de distribuição espanhol. Além disso, é a primeira distribuidora da América Latina e conta com uma importante presença no mercado italiano.

As vendas da atividade de gás na América Latina em 2014 – que agrupam as vendas de gás e os serviços de acesso de terceiros à rede (ATR) – chegaram a 249.067 GWh, 9,5% a mais que as registradas em 2013.

A rede de distribuição de gás na América Latina aumentou 2,7% e alcançou os 70.890 quilômetros no final do ano. A companhia superou os 6,5 milhões de pontos de fornecimento em 31 de dezembro, o que representou um incremento de 272.000 pontos, em vez ao ano anterior. O Brasil, por sua parte, melhorou em 29,3% as vendas de gás e ATR ao mercado de geração.

Em 2014, a companhia consolidou também sua presença nos principais mercados internacionais de GNL (gás natural liquefeito), com uma posição, em médio prazo, em países em crescimento ou líderes no mercado de GNL.

Com uma carteira de fornecimentos de GNL e de gás natural de cerca de 30 bcm (bilhões de metros cúbicos) e uma infraestrutura de gás única e integrada, na qual se destaca uma frota de dez navios-tanque, a empresa se situa como uma das maiores operadoras de GNL do mundo. É referencial nas bacias do Atlântico e do Mediterrâneo, dispondo de uma posição privilegiada para desenvolver novos mercados, fundamentalmente na área mediterrânea, na América Latina e na Ásia.



Gas Natural Fenosa no Brasil: Total de Clientes Ultrapassa 937 mil e Vendas de Gás Crescem 18,8%



Importantes investimentos e também importantes resultados têm marcado a presença da Gas Natural Fenosa no país, desde que venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e Ceg Rio, em 1997. Nesse mesmo ano, foi constituída a Gas Natural do Brasil, com a finalidade de prestar assessoria energética, participar de projetos e programas de termogeração e termoeletricidade e de participar em outras sociedades.

Já em 2000, a Gas Natural Fenosa adquiriu uma nova área de concessão, na região sul de São Paulo, onde não existia serviço de distribuição de gás canalizado, e que passou a ser operada pela Gas Natural São Paulo Sul.

Dois anos depois, com a criação da Gas Natural Fenosa Serviços (GNS), o grupo iniciou uma nova atividade, atuando no mercado de soluções energéticas, cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV).

O total investido desde 1997 chegou a R\$ 5,4 bilhões, sendo que R\$ 3,8 bilhões exclusivamente nas atividades operacionais da Ceg, da Ceg Rio e da Gas Natural São Paulo Sul, para distribuição de gás natural canalizado em suas áreas de concessão nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com esse volume de investimentos e com a expansão de suas atividades no

país, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com 936.626 mil clientes nos segmentos doméstico e comercial, 4,3% a mais que no ano anterior. O grupo está presente em 71 municípios, as vendas totais foram de 9.667,9 milhões de metros cúbicos de gás e a extensão total da rede de gás no país é de 6.707 quilômetros.

Sua atividade no setor de GNV trouxe para esse mercado relevantes avanços nas respectivas áreas de concessão. Da mesma forma, o desempenho da Gas Natural Serviços com a venda e instalação de aquecedores e com a assistência domiciliar ajudou a garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e a preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são mais de 27 mil.

A estratégia da Gas Natural Fenosa no Brasil está baseada na universalização do gás natural nas suas áreas de concessão, visando a ampliar a rede de gás. Em 2014, a Gas Natural Fenosa Engineering Brasil, outra empresa do grupo, especializada em realizar obras para construção de gasodutos, começou a operar em São Paulo.

Os resultados obtidos pelas empresas da Gas Natural Fenosa permitiram que, mais uma vez, ela se mantivesse entre as 100 maiores no Brasil.

Destaques e Prêmios recebidos em 2014:

Em mais um ano, a Companhia conquistou premiações e o reconhecimento pelos seus projetos inovadores. Merecem destaque:

• Prêmio TOP Gás 2014 – Categoria Relacionamento com Clientes

A Companhia foi a grande vencedora na categoria Relacionamento com Clientes do Prêmio Petrobras de Reconhecimento às Distribuidoras de Gas Natural – Top Gás 2014. No seu case *Paixão pelo Serviço*, a CEG RIO apresentou sua campanha de mesmo nome, projeto implantado em 2012, que visa a promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa.

• XIV Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços)

O Case Paixão pelo Serviço, elaborado pela área de Serviço a Clientes – projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa – foi vencedor na categoria de relacionamento com o cliente.

• Prêmio MasterInstal, do Sindicato da Indústria de Instalação e da Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações, em parceria com a GARRIDO MARKETING, é o maior evento de premiação do setor de instalações. A Ceg Rio foi vencedora Ouro em três projetos apresentados pela área de Gestão de Redes: Exploração Tecnologia de Monitoramento reflete Responsabilidade; Gestão de Ativos MP2 – Projeto Melhora da Produtividade e Normativa e Desenho de Rede Cavaletes de Regulagem de Cobre para Instalações Residenciais e Comerciais de Gases Combustíveis.



Evolução da Atividade da Ceg Rio

Clientes captados no ano: As altas, por gestão comercial, acumuladas, totalizaram 8.448 clientes, frente às altas de 6.810 clientes realizadas no ano anterior, sendo 8.236 clientes residenciais, 207 comerciais, 1 industrial e 4 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 24,1% superiores ao mesmo período de 2013. No período, houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 7.165 clientes, quando no ano anterior as altas somaram 5.555 clientes. Dessa forma, este índice aponta o bom desempenho da gestão comercial na captação de novos clientes, sendo certo que o resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes.

Total de clientes: O número total de clientes da companhia em 2014 soma 46.053, o que representa um aumento de 18% com relação a 2013, quando a Companhia encerrou o ano com 38.888 clientes. Dessa forma, a Companhia manteve em linha o ritmo de crescimento observado com relação ao ano anterior (que teve um aumento de 17% no número de clientes frente a 2012).

Vendas: As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 9.680,4 mil metros cúbicos, ou seja, 7,2% acima do ano anterior. Esse impacto positivo deu-se em razão do aumento de 19,7% das vendas para geração elétrica, que atingiram o total de 7.970,52 mil metros cúbicos por dia, em 2014. Já as vendas de gás para o mercado convencional – excluídas as vendas para geração elétrica – tiveram uma redução de 27,9%, impactadas principalmente pela redução no segmento industrial, que apresentou queda de 36,3% em relação ao ano anterior.

Investimentos: Os investimentos no período somaram R\$ 27.677 mil, montante 0,42% superior ao mesmo período do ano passado, quando somaram R\$ 27.560 mil.



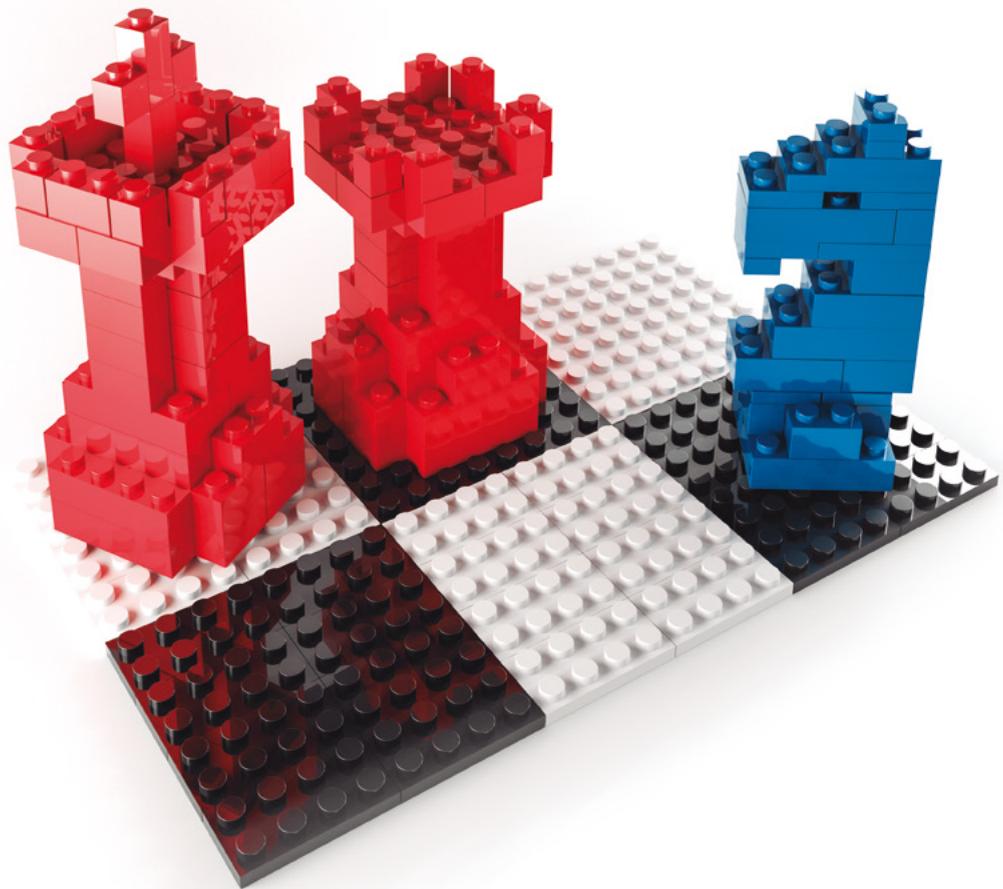


Resultado Operacional

20 Atividade Comercial

24 Serviço a Clientes

26 Atividade Técnica



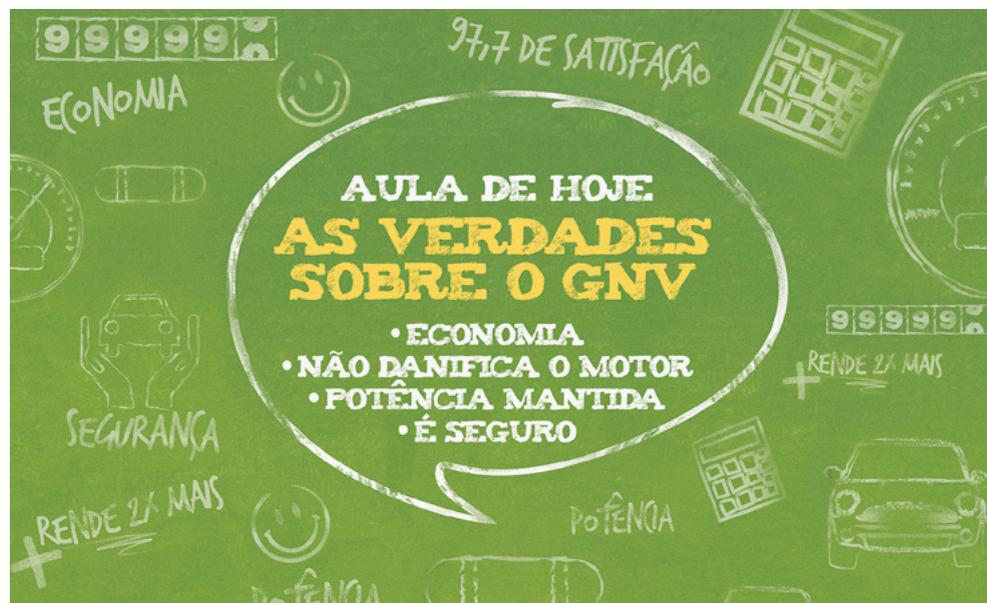
Atividade Comercial

Atualmente, a Ceg Rio está presente em 24 municípios com rede de gás natural canalizado nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense; Baixada Litorânea; Região Serrana; Médio Paraíba; e Centro Sul do Estado.

São eles: Arraial do Cabo (com mais de 1.200 clientes); Barra do Pirai; Barra Mansa; Cabo Frio (mais de 7 mil clientes), Campos do Goytacazes (mais de 13,6 mil clientes), Casimiro de Abreu; Engenheiro Paulo de Frontin; Itatiaia; Macaé (mais de 7 mil clientes); Nova Friburgo (cerca de 1,9 mil clientes); Paraíba do Sul; Petrópolis (cerca de 3,8 mil clientes); Pirai; Porto Real; Quatis; Resende (com quase 3,5 mil clientes); Rio das Flores; Rio das Ostras (cerca de 1,8 mil clientes), São Pedro D'Aldeia; Três Rios, Teresópolis (cerca de 1,8 mil clientes) e Volta Redonda (com quase 1,4 mil clientes).

Os municípios de Carapebus e Quissamã já possuem rede de gás canalizado, cuja atividade de distribuição de gás natural já está pronta para ter início, mas ainda não existem clientes ligados à rede.

A partir de 2014, o município de Paraty também passou a ser efetivamente atendido por meio de sistema de Gás Natural Comprimido – GNC.



Municípios Atendidos	2014	2013
Com rede de gás canalizado	24	24
Com GNC	11	10
Total	35	34

A Ceg Rio chegou ao final do exercício de 2014 com um total de 7.165 novos usuários em toda sua área de concessão – um crescimento de 18,4% frente ao ano anterior. Dessa forma, a empresa encerrou o período com uma base de 46.053 clientes nos diferentes segmentos.

No **segmento residencial**, a Companhia já atende a 45.303 clientes, dos quais aproximadamente 45%, ou seja, 20.416, estão localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos do Goytacazes e Macaé. Esses dois municípios continuam crescendo no segmento, com aumento de 30% e quase 14%, respectivamente. Na Região Serrana, já são 7.428 clientes residenciais atendidos com gás natural.

O maior incremento percentual no número de clientes residenciais foi

constatado no município de Rio das Ostras, onde o aumento foi de 40,7%, com 552 novas residências recebendo gás natural canalizado. Destaque também para o município de Três Rios, que teve crescimento de quase 40%, totalizando 851 clientes residenciais atendidos no ano. Esses resultados demonstram o esforço da Companhia para atender a um número cada vez maior de clientes no interior do Estado.

No **segmento comercial**, destaca-se o incremento de 59% no número de clientes, em relação ao ano anterior. Com isso, a Ceg Rio já atende a 529 pequenos comércios e a 26 grandes comércios, em sua área de concessão.

No **mercado de GNV** (Gás Natural Veicular), houve incremento de 2% no número total de clientes, fechando 2014

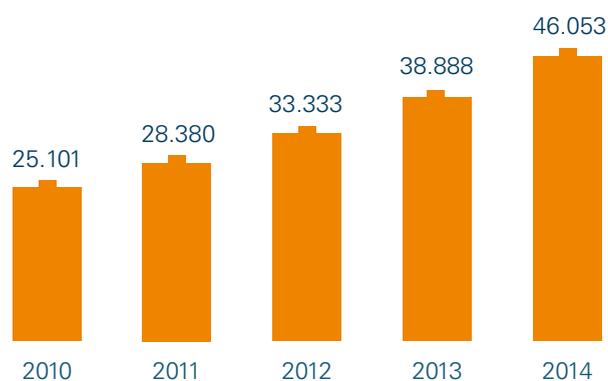
com 110 postos de GNV. Foram abertos quatro novos postos, distribuídos nos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, São Pedro da Aldeia, Resende e Três Rios. Contudo, dois postos deixaram de ser abastecidos em 2014.

No **segmento industrial**, a companhia passou de 86 a 83 clientes atendidos. Essa redução ocorreu devido ao encerramento das atividades de três indústrias de volume pouco significativo observado no ano, não causando impacto no volume de vendas para este mercado, que apresentou crescimento.

Número de Clientes	2014	2013	Varição%
Residencial	45.303	38.342	18
Comercial	555	350	59
Industrial	83	86	-3
Geração Elétrica	2	2	0
GNV	110	108	2
Total	46.053	38.888	18

Evolução do número de clientes

Incremento do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas Convencionais

Em 2014, todos os mercados da Ceg Rio – residencial, comercial, industrial e GNV – tiveram incremento de consumo de gás natural de respectivamente 11,5%, 17,1%, 9,3% e 6,1%.

O incremento das vendas nos **segmentos residencial e comercial** deve-se à redução de tarifas, resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas para o quinquênio 2013-2017, que teve início de aplicação a partir de janeiro de 2014, e tornou os preços do gás natural canalizado mais competitivos para esses segmentos. Esses resultados

devem-se também à forte ação comercial da Companhia, com o desenvolvimento de ações como ofertas e programa de incentivo e treinamentos para colaboradores da área de vendas, o que resultou em um aumento de 18% da base de clientes.

O incremento de vendas no **segmento industrial** em 2014 foi mais uma vez impactado positiva e diretamente pelo aumento no consumo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, principal cliente industrial da Ceg Rio, o que resultou em um incremento de 9% no volume de vendas, frente ao ano anterior.

O incremento de 6,1% no volume das vendas para o **mercado de GNV**, frente ao ano anterior, é resultado principalmente da abertura de postos, que estão levando à interiorização da oferta do GNV e à abertura de postos com GNC. Esse resultado é ainda mais positivo e merece maior destaque levando-se em conta a redução de 2,3% no volume de vendas apuradas em todo o Brasil para o segmento de GNV, de acordo com a ABEGÁS.

Vale ressaltar o sucesso das ações comerciais que foram mantidas pela

Companhia visando a recuperar o resultado desfavorável do ano anterior. Nesse sentido, a Companhia deu continuidade, em 2014, à campanha publicitária que esclareceu sobre os mitos relacionados à utilização do GNV com kit de 5ª geração e suas vantagens econômicas frente aos demais combustíveis para incentivar o número de conversões e, conseqüentemente, as vendas do GNV. A campanha também foi veiculada em rádios, mobiliário urbano, *outdoors*, painéis especiais sobre economia, monitores de TV em ônibus, revista, jornal, *taxisdoor* e mídia moto com áudio. O objetivo foi mudar a cultura do usuário final, além de comprovar que o consumo de GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor do veículo, aumentar o tempo entre as manutenções, ter rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

Outra medida voltada para o incremento das vendas de GNV foi a continuidade da Campanha Frotas. Por meio desse programa, as empresas converteram pelo menos cinco veículos por oficinas credenciadas pelo INMETRO e que fizeram a instalação do kit de 5ª geração no ano de 2014 receberam bônus de abastecimento de GNV.

De acordo com os resultados do Denatran, houve incremento de 5,35% da frota de GNV na área de concessão da Ceg Rio, em relação ao ano anterior.

Vendas para Geração Elétrica

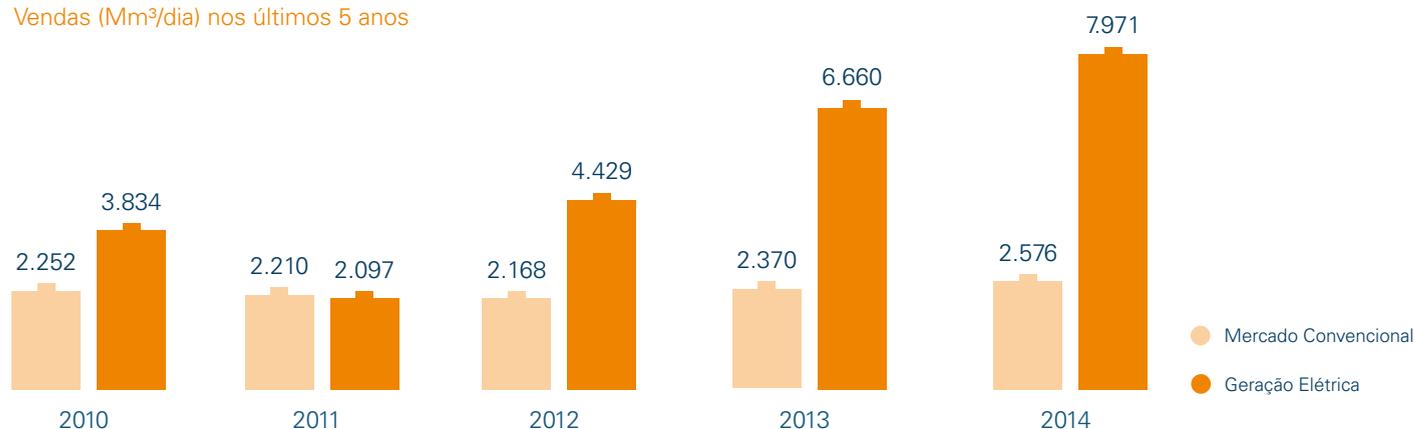
As vendas de gás para as Termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg Rio, registraram, em 2014, um aumento de 19,7% em comparação com o ano anterior. O fato foi consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, que se mantiveram abaixo dos registrados em 2013, o que aumentou a necessidade de acionamento das térmicas.

O despacho das térmicas, no período, ficou em torno 8,0 Mm³/dia, quando em 2013 foi de 6,7 Mm³/dia.

Vendas (mil m³/dia)	2014	2013	Varição(%)
Residencial	8,90	7,98	11,5
Comercial	6,04	5,16	17,1
Industrial	2.078,8	1.902,6	9,3
GNV	483,1	455,1	6,1
Total do mercado convencional	2.576,08	2.370,8	8,7
Geração Elétrica	7.970,52	6.660,19	19,7
Total	10.547,4	9.031,0	16,8%

Evolução do volume de vendas

Vendas (Mm³/dia) nos últimos 5 anos



Contrato de fornecimento de gás

Em agosto de 2013 foi firmado o aditivo nº 7 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2019, que permaneceu inalterado ao longo de 2014.

As modificações introduzidas por este aditivo são: (i) alteração das Quantidades Diárias Contratadas (QDC) referentes à modalidade Firme Inflexível, (ii) extinção da modalidade de Fornecimento Interruptível, a partir do mês de agosto de 2013, e (iii) atualização do valor estimado do Contrato. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas e vigentes.

Em 07 de fevereiro de 2014, a Ceg Rio e a Petrobras celebraram um Contrato de Suprimento Interruptível de Gás Natural, para fornecimento de gás adicional à UTE Norte Fluminense em substituição ao Contrato Adicional de Curto Prazo celebrado em 2013. Em abril e março de 2014 foram assinados, respectivamente, os aditivos nº 1 e 2 a este contrato.

Em 11 de abril de 2014, a Ceg Rio e a Petrobras celebraram um Contrato Adicional de Compra e Venda de Gás Natural de Longo Prazo, para fornecimento

de gás adicional à UTE Norte Fluminense em substituição ao Contrato de Suprimento Interruptível de Gás Natural, celebrado em fevereiro de 2014.

Em 24 de outubro de 2014, a Ceg Rio e Furnas Centrais Elétricas S.A. celebraram o Contrato de Fornecimento de Gás Natural Canalizado para fornecimento à Usina Termelétrica de Campos dos Goytacazes, cujo início efetivo de utilização do gás natural se deu em dezembro de 2014.

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

As tarifas de gás canalizado vigentes para o quinquênio de 2013-2017 começaram a ser aplicadas em 01 de janeiro de 2014, através da publicação da Deliberação AGENERSA nº 1.880. Em 05 de maio de 2014 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 2.034 de 28 de abril de 2014, concluindo o Processo Regulatório da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária. Nesta última etapa foram julgados os recursos interpostos pela Concessionária. A Revisão Tarifária do Quinquênio 2013-2017, aprovada pelo conselho diretor da Agência Reguladora de

Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa), apresenta uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757% e o plano de investimentos proposto pela Concessionária, além de aprovar o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg Rio e estabelecer uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio 2008-2012. Como resultado para o quinquênio vigente, as margens da Concessionária sofrem uma redução -13,70% e uma redução adicional, pelo fator de retroatividade, aplicado às margens de 2014 a 2017, de -7,91%.

Em 01 de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, permitindo que a Concessionária atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu, através de GNC ou GNL.



Serviço a Clientes



Melhora dos indicadores e reconhecimento externo

Mantendo o foco na satisfação do cliente, a Companhia implantou novos projetos e ações que geraram resultados positivos e consolidaram ainda mais a imagem de excelência no atendimento ao cliente, durante 2014.

Foram desenvolvidas e implantadas diversas ações operativas para melhora na qualidade do atendimento telefônico, e a meta da Pesquisa de Satisfação de Atenção Telefônica (8,5) foi atingida no 1º trimestre de 2014.

A Companhia diversificou os canais de contato com o público estabelecendo um diálogo mais próximo aos seus consumidores, através de seus perfis no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube*. No *Facebook*, a empresa mantém um aplicativo pelo qual o cliente pode encaminhar suas dúvidas e solicitações.

Além disso, foi implantada, ao final de outubro de 2014, através do site da Companhia, a Agência Virtual, proporcionando mais agilidade e

segurança, com diversos serviços e facilidades on-line para os clientes.

Também foi mantido o serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais e o recebimento de faturas em braille, para clientes portadores de deficiências visuais.

O sistema de atendimento móvel viabilizou a prestação de serviços presenciais a clientes residenciais localizados em municípios que ainda não dispõem de agências. O serviço é oferecido pelo menos uma vez por mês, funcionando das 9h às 16h. A divulgação da localização e das datas são feitas no site da Gas Natural Fenosa e na mídia. A Agência Móvel realiza serviços como emissão de segunda via de conta, troca de titularidade, inclusão de débito automático, pedido de instalação de gás, emissão de nada consta, recebimento de reclamações, recebimento de documentos, fornecimento de gás para pessoa jurídica, entre outros.

O Projeto Fórum de Escuta, que funciona desde 2012 – no qual comitês quinzenais formados por colaboradores das áreas

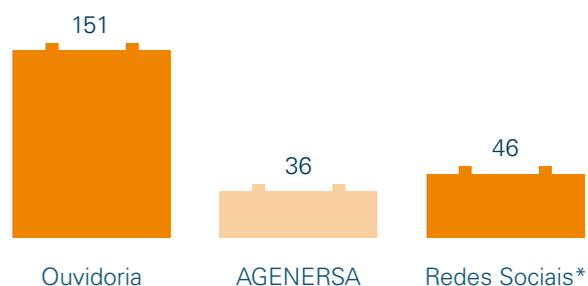
operativas da Companhia analisam os atendimentos do *call center* e propõem ações de melhorias de processos – teve um aumento na quantidade de ligações monitoradas em 2014. A partir dessa análise, os comitês identificam mudanças que devem ser realizadas para que a experiência do cliente com a empresa seja ainda mais positiva.

Em 2014, a Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu 233 clientes por meio da sua Ouvidoria, das redes sociais e da Agenersa, atingindo 100% dos indicadores da Qualidade em relação aos prazos de resposta da Ouvidoria e Agenersa.

Em 2014, o total de reclamações foi reduzido em relação ao ano anterior, através das ações da campanha Paixão pelo Serviço, que envolveu todas as diretorias da empresa.

O resultado de todas as ações desenvolvidas durante o ano também pode ser observado na retenção de clientes e na contínua evolução dos acordos nos Juizados Especiais Cíveis.

Atendimentos realizados



(*) Redes sociais: *facebook*, *twitter* e site Reclame Aqui.



Atividade Técnica



Em 2014, foram iniciadas as atividades referentes à elaboração do projeto da estação de descompressão de gás natural do distrito de Itaipava – município de Petrópolis – visando a permitir a expansão da rede de distribuição nessa região.

Entre outras realizações, a Companhia investiu na construção de ramais para ampliar o abastecimento de clientes comerciais e industriais.

Ainda em 2014, a Ceg Rio concluiu o cronograma de instalação do sistema de monitoramento por telegestão de proteção catódica dos dutos de aço carbono (28 pontos). Atualmente, são telegestionáveis 98 pontos de proteção catódica.

A Ceg Rio possui um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás e manteve as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do ano pela Gas Natural Fenosa.

A rede de distribuição de gás da região está dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade.

Meio Ambiente

Alinhada às diretrizes e Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa, a Ceg Rio implantou, certificou e mantém desde 2012 um Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, visando a atender ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais.

Em 2014, a Ceg Rio ampliou seu escopo de certificação, passando a englobar não somente projetos e construção de redes de alta pressão, mas também as atividades de: planejamento, desenvolvimento e exploração das redes de distribuição de gás natural; atendimento ao cliente; faturamento e cobrança; serviço de pós-venda; resolução de solicitações e reclamações, por canais tanto presenciais como não presenciais e; comercialização de gás natural no mercado varejista.

Em função desse compromisso, a Companhia realizou, em 2014, diversas atividades de educação ambiental. Foram ministrados treinamentos abordando as questões ambientais e produzidos comunicados internos de conscientização quanto ao consumo consciente dos recursos naturais, descarte correto de resíduos, biodiversidade e redução de emissões atmosféricas.

Também neste sentido foi realizado, em 2014, o desenvolvimento do sistema de monitoramento do abastecimento e gerenciamento da frota com o objetivo de incentivar a redução no consumo de combustíveis, realizar manutenções preventivas e promover a condução eficaz dos veículos visando a reduzir o nível de emissão de poluentes na atmosfera.

Inspeções ambientais: em 2014, foram realizadas 5 inspeções ambientais com a finalidade de avaliar o atendimento aos requisitos legais aplicáveis nas unidades administrativas da Ceg Rio, em cumprimento aos requisitos do Sistema Integrado de Gestão e em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa.

Formações e Campanhas: foram realizadas, durante o período, 1.065 horas de treinamentos relacionados ao Meio Ambiente, além de comunicações internas através de e-mails, redes sociais, *newsletter* interna.

Semana da Sustentabilidade: em referência ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público-alvo os colaboradores da Companhia, foi realizada uma ação de conscientização quanto às questões ambientais, gerenciamento de resíduos e biodiversidade, seguida de trilha no Parque Nacional da Tijuca, em parceria com o Instituto Moleque Mateiro.

Segurança

Índices de Acidentabilidade

Em 2014, a segurança continuou sendo uma prioridade na atuação da Companhia. Os indicadores de acidentabilidade das empresas da Gas Natural Fenosa estão apresentados na tabela a seguir:

Índices	Objetivos da GNF* no mundo	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 1,85	0,00
Acidentes do Trabalho – mortais	0	0
Sistema de Distribuição - valoração	≥ 8,0	10,0

*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa

Acidentes no sistema de distribuição

de gás natural: não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e, conseqüentemente, não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Acidentes do Trabalho: Quanto aos índices de acidentabilidade, o aspecto de frequência ficou em 0,00, pois não houve acidentes com afastamento no período.

Outro ponto em destaque foi a manutenção da certificação das empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

Outros fatos relevantes

• **Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde:** A Companhia deu continuidade à implantação do *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*, que visa a proporcionar uma mudança qualitativa na cultura de segurança na empresa, mediante um enfoque baseado nos comportamentos individuais seguros e na identificação e antecipação de situações de risco para os próprios colaboradores.

O plano está sendo implantado através da Equipe Central de Projetos (ECP) e pela alta direção, com ações voltadas para colaboradores, liderança e empresas prestadoras de serviço. Com a execução completa do plano, prevista para 2015, se espera conseguir que todos os colaboradores atuem considerando que a segurança é uma prioridade e que não deve haver tolerância com atos inseguros no ambiente da empresa.

• **A cultura preventiva também na cadeia de valor:** A importância do trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviço exige que a Companhia possa estender para elas a mesma cultura de prevenção com a qual desenvolve as suas próprias atividades. A extensão da cultura de prevenção baseia-se, principalmente, no acompanhamento do desempenho das empresas colaboradoras. Assim, a Ceg Rio procura acompanhar eventuais acidentes que possam ocorrer com os colaboradores das empresas prestadoras de serviços, e para isso, desenvolveu ferramentas de monitoramento dos acidentes. Além disso, a Ceg Rio exige que seus fornecedores e as empresas colaboradoras certifiquem-se que seu pessoal próprio tenha recebido formação específica em segurança e prevenção de riscos trabalhistas para a execução de serviços que serão prestados à Companhia. Eventualmente também realiza atividades visando a este tipo de formação.

compromisso **segurança** saúde

gasNatural fenosa

O risco não faz distinção entre terceirizados e colaboradores

A prevenção de acidentes e a segurança de nossos colaboradores são tão importantes quanto a de nossos parceiros. Preste atenção especial para que se cumpra o regulamento e facilite o acesso à informação necessária.

Comportamento Seguro
Segurança
Compromisso Visível



Resultados Financeiros

- 32 Recursos Investidos
- 33 Sumário Financeiro
- 34 Remuneração aos Acionistas
- 35 Financiamentos
- 35 Panorama Tributário

informe
anual

2014





Recursos Investidos

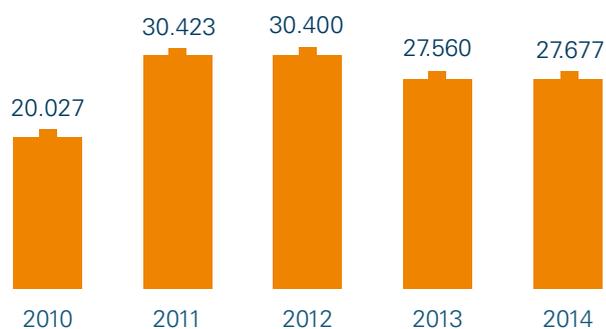


Os investimentos operacionais em 2014 somaram R\$ 27.677 mil, montante 0,42% superior ao mesmo período do ano passado, quando totalizaram R\$ 27.560 mil.

A maior parte dos investimentos realizados em 2014 (R\$ 15.524 mil) foi destinada à construção de novas redes de gás natural, principalmente de média e baixa pressões. O objetivo dessas redes é atender ao mercado convencional (residencial, pequenos e grandes comércios, industrial e GNV).

Evolução dos Investimentos Operacionais

Investimentos Operacionais (R\$ mil) nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro



Receita Líquida

Em 2014, as receitas líquidas da Companhia tiveram um aumento de R\$ 596.101 mil frente ao ano anterior, chegando a R\$ 2.983.966 mil, o que representou um aumento de 24,96%, em relação a 2013, quando somaram R\$ 2.387.865 mil. Este resultado positivo decorreu do aumento na base de clientes e principalmente do incremento do volume de vendas para as termelétricas em razão da crise hídrica ocorrida no ano de 2014.

Lucro Bruto

A Ceg Rio encerrou o ano de 2014 com um lucro bruto de R\$ 234.059 mil, reduzindo em 14,82% os resultados obtidos em 2013. Assim, a redução do lucro bruto frente ao ano anterior é de R\$ 40.711 mil. Isso representa uma margem bruta de 7,91%; percentual inferior à margem apresentada em 2013 (11,51%), em razão da redução determinada no resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária e em razão ainda do aumento do custo do gás, verificado em 2014.

Lucro Operacional

O lucro operacional em 2014 foi de R\$ 165.521 mil, valor 40.960 mil inferior ao do ano anterior, ou seja, 19,84% abaixo do lucro operacional obtido em 2013.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício de 2014, incluindo o JCP, chegou a R\$ 121.143 mil, valor 13,80% inferior ao alcançado no ano anterior.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2014	2013	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	2.983.966	2.387.865	596.101	24,96
Lucro bruto	234.059	274.770	-40.711	-14,82
Lajida (Ebitda)	181.399	223.388	-41.989	-18,80
Lucro operacional	165.521	206.481	-40.960	-19,84
Lucro líquido do exercício	121.143	140.530	-19.387	-13,80

Lajida (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários editou, em 04/10/2012, a Instrução Normativa 527/2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e Lajir (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir

já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

O Lajida de R\$ 181.399 mil, registrado em 2014, apresentou um decréscimo de 18,80% em comparação com o ano anterior. Esse resultado – que interrompeu um crescimento de 07 anos seguidos deste índice – é reflexo do impacto gerado pela redução das margens nas tarifas da Companhia (Determinada na 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas) e pelo aumento do custo do gás, verificado em 2014.

LAJIDA	2014	2013	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida (R\$ mil)	181.399	223.388	-41.989	-18,80
Lucro líquido do exercício	121.143	140.530	-19.387	-13,80
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	53.360	68.332	-14.972	-21,91
Resultado Financeiro	-629	2.382	1.753	126,41
Depreciação e amortização	17.135	16.908	227	1,34

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrolado da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando de 10% para 11,75%, em dezembro de 2014.

Com base no dado acima, a variação do resultado financeiro do ano de 2014 em relação a 2013 foi motivada pelo aumento dos encargos sobre dívida bancária gerado principalmente pelo maior volume de dívida em 2014 em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento da empresa, que era de 12,3% em 2013, subiu para 34,4% em 2014.



Remuneração aos Acionistas

Em 26 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que será realizada em abril de 2015, o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 9.611 mil, a ser pago em parcela única, no mês de julho de 2015. O registro contábil do benefício foi efetuado no dia 22 de dezembro de 2014, data que determinou o direito ao benefício.

Dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 18.260 mil foram registrados de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia, o qual estabelece uma distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 83.612 mil, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no mês de abril de 2015, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.



Financiamentos

Ao longo de 2014, a Ceg Rio manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

A Companhia apresentou um projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos necessários para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento foi destinado aos projetos de expansão e saturação comercial em municípios da área de concessão da Companhia (regiões Norte e Noroeste Fluminense; Baixada Litorânea; Região Serrana; Médio Paraíba; e Centro Sul do Estado), perfazendo um total de R\$ 80 milhões. O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 51 milhões (correspondente a 64% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato foram realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011 e o último ocorreu em fevereiro de 2013, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia, ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a Ceg Rio mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2014, a Companhia vai continuar em busca das melhores condições de financiamento.



Panorama Tributário

Em atendimento à Instrução Normativa 1.277/2012, da Receita Federal, foi concluída, em 2014, a implantação do SISCOSEV – Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras operações que produzam alteração no patrimônio.

Assim como nos anos anteriores, a Companhia vem buscando a automatização dos processos de apuração dos tributos e do cumprimento das obrigações acessórias, com objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade das informações produzidas. Desta forma, em 2014, implementou-se programa capaz de

extrair dados constantes nos sistemas da Companhia para envio à Secretaria de Receita Federal, gerando, de forma automática, as informações necessárias para cumprimento da obrigação acessória DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

A Ceg Rio busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação.

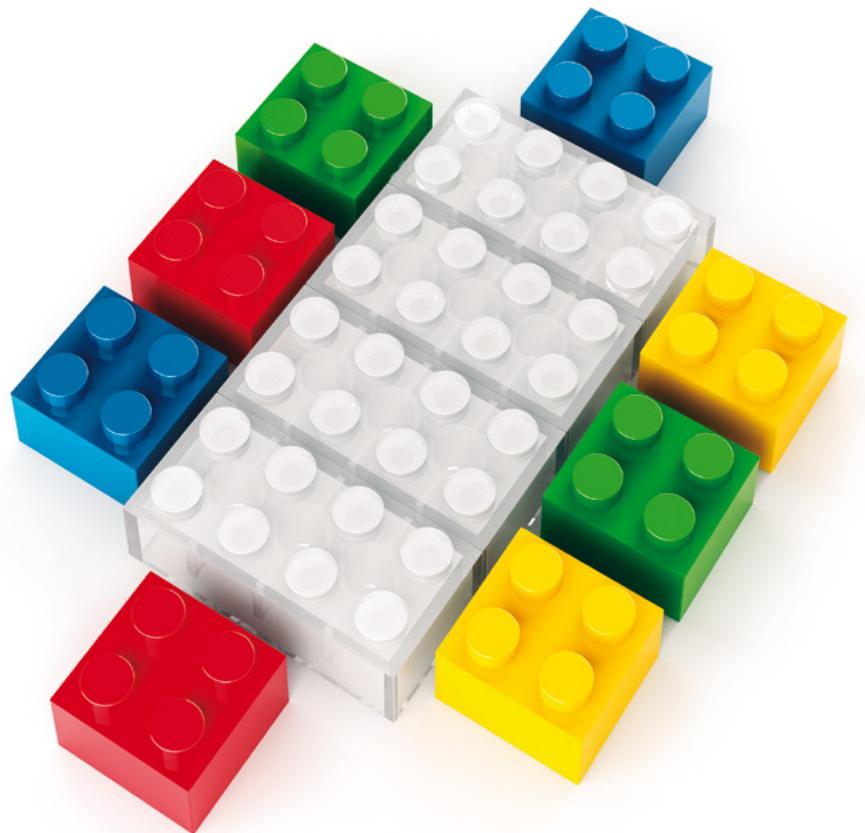
O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

CEG RIO	2014	2013	Variação %
COFINS	11,44	14,25	-19,72
PIS	2,84	4,12	-31,07
IRPJ	48,17	44,25	8,86
CSLL	33,92	30,5	11,21
IOF	0,48	0,18	166,67
AGENERSA	14,22	12,03	18,2
ICMS	26,97	27,76	-2,85
IPVA	0,03	0,03	0
IPTU	0,004	0,004	0
ISS	0,02	0,07	-71,43
Total (MBRL)	138,09	133,19	3,68



Valor Gerado para a Sociedade

38 Relacionamento com a Sociedade





Relacionamento com a Sociedade



As artes, a educação e a consciência ambiental foram o foco dos projetos apoiados pela Ceg Rio em 2014. Através do projeto **Dias novos virão**, esses valores voltaram a ser protagonistas também nas salas de aula das escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. O projeto promove a circulação da peça de teatro homônima em escolas do município, para as crianças e pré-adolescentes dos ensinos fundamental e médio, direcionado ao público de 9 a 14 anos.

Totalmente pensado para abordar a questão da sustentabilidade, fortalecendo a união da cultura, educação e meio ambiente, *Dias Novos Virão* foi visto, em 2014, por 7.850 alunos e 1.000 educadores, em 51 apresentações em 32 escolas e em um Condomínio, o Morar Carioca.

Dias Novos Virão dá continuidade a um trabalho, sempre apoiado pela empresa, que começou em 2010, com a peça de teatro *Futuro no Meu Jardim*

e se estendeu até o início de 2014, com o espetáculo *Manual para o Futuro Legal*. Juntos, os dois percorreram 220 estabelecimentos de ensino e circularam por 23 municípios fluminenses, tendo sido vistos por mais de 40 mil alunos.

Incentivando a promoção da identidade cultural brasileira, todos os anos, a Ceg Rio ajuda o **Festival Vale do Café** a encher de música e informação histórica o sul do Estado do Rio de Janeiro. Em 2014, o evento aconteceu em 15 municípios da região. As belas fazendas preservadas, que contam a história dos barões do café, abrem suas portas ao público como um charmoso cenário para as apresentações. São duas semanas de espetáculos com músicos de grande qualidade.

Algumas fazendas oferecem os shows em salas, outras em tendas sobre a grama. Há fazendas em que funcionam hotéis, e outras que ainda são de trabalho, para criação de gado, por exemplo. As alas visitadas podem ser a sede, a capela, o engenho, os jardins ou até o curral, tudo

isso misturado à programação musical, que é bastante variada.

Outro festival que continuou recebendo o apoio da Companhia em 2014 foi o **Piraí Fest**. Considerado um dos mais importantes festivais de arte, cultura e gastronomia do Estado do Rio de Janeiro, o Piraí Fest, em sua 13ª edição, já se tornou uma tradição, trazendo à cidade cerca de 100 mil visitantes. Nesta edição, o festival prestou homenagem ao compositor Chico Buarque de Holanda.

Durante os três dias de festival, o público pode degustar uma programação de bom gosto e sofisticação, com a presença de importantes *chefs*, aulas de gastronomia, concurso gastronômico, shows com grandes artistas e muita cultura e artesanato.

Já na Região Serrana, o apoio foi para o **Festival de Artes e Leitura de Petrópolis 2014**, que ofereceu à população atividades gratuitas em três dos principais espaços públicos da cidade: Theatro D. Pedro,

Palácio de Cristal e Centro de Cultura Raul de Leoni. O projeto é fruto de uma parceria entre a Ceg Rio, a Prefeitura de Petrópolis e a ONG Casa do Conhecimento.

O Festival contou com a participação de grandes nomes da cultura nacional em mesas de debates e reflexão. Estiveram presente cantores e compositores, como Moraes Moreira, Toni Garrido e Danilo Caymmi; escritores, como o poeta Ferreira Gullar, imortal da Academia Brasileira de Letras, Antônio Torres, e a autora de livros, peças teatrais e músicas dedicados ao público infantil, Bia Bedran.

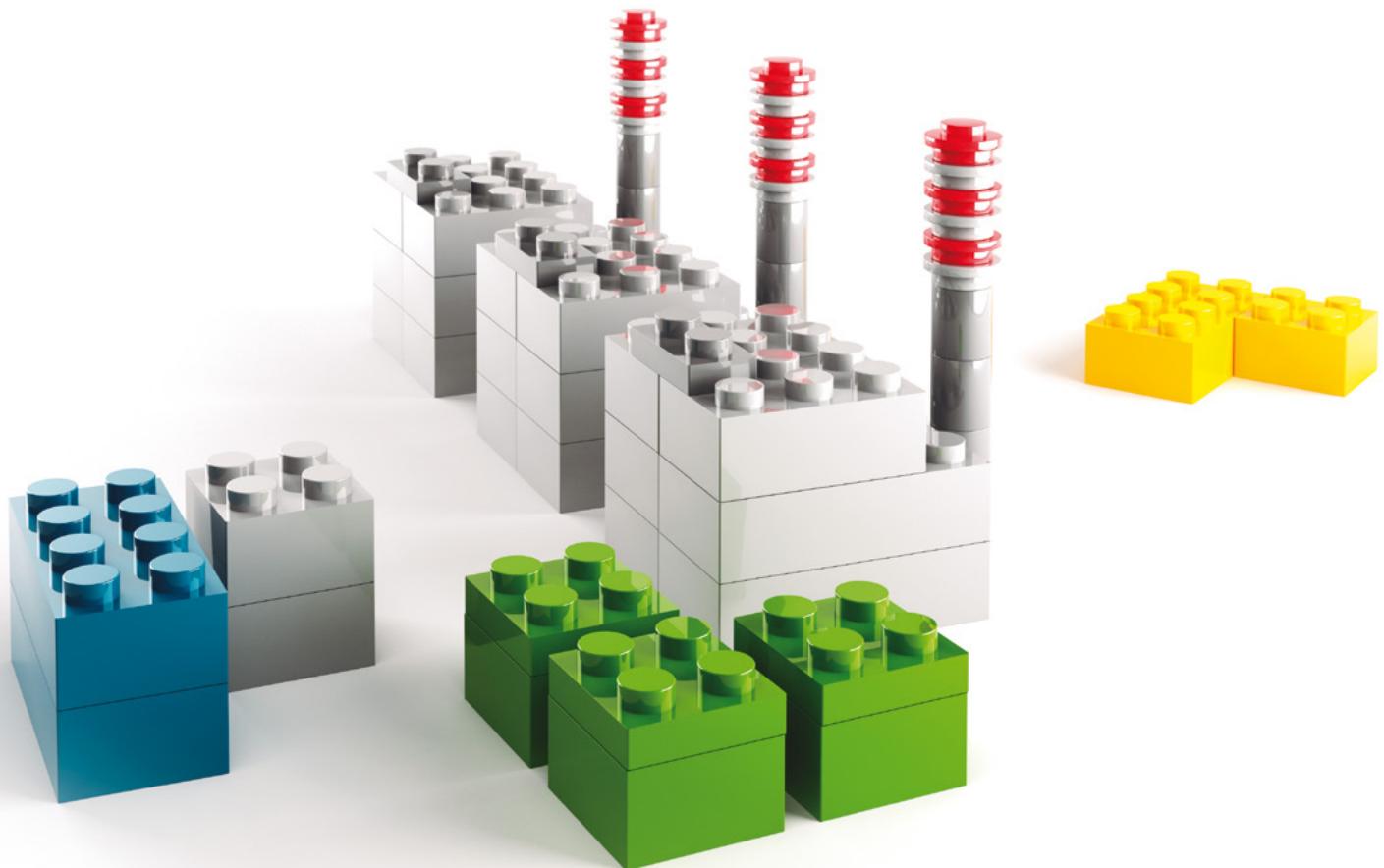
Outro Festival que seguiu recebendo o patrocínio da Ceg Rio foi o **Festival Cultura das Artes**, que em 2014 foi realizado em Saquarema. A ação ofereceu programação cultural gratuita, com a exibição de filmes premiados, apresentações de música, teatro e contadores de histórias. Tudo protagonizado por renomados criadores e pensadores do cenário nacional e, principalmente, por artistas locais.



Desempenho Econômico-Financeiro

42 Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Contábeis

44 Demonstrações contábeis





Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CEG Rio S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG Rio S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG Rio S.A. em 31 de

dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contador CRC 1RJ048568/O-7



Balanços Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	28.455	61.989
Contas a receber de clientes (Nota 8)	301.214	141.211
Tributos a recuperar (Nota 9)	39.778	23.648
Outros atrativos	1.192	826
	370.639	227.674
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 9)	6.638	6.909
Créditos restituíveis (Nota 22)	817	817
Depósitos judiciais	1.578	1.243
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	11.355	11.817
Outros realizáveis a longo prazo	53	88
	20.441	20.874
Intangível (Nota 12)	562.510	309.541
Diferido (Nota 13)	8.583	13.479
	591.534	343.894
Total do ativo	962.173	571.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	295.045	153.604
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	8.836	21.851
Concessão a pagar (Nota 12)	79.870	0
Tributos a recolher (Nota 16)	26.123	32.598
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	1.296	1.229
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 17(b))	27.883	35.129
Demais contas e despesas a pagar	1.746	2.763
	440.799	247.174
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	159.403	20.033
Concessão a pagar (Nota 12)	79.870	0
Provisão para contingências (Nota 18)	5.035	5.558
Débitos restituíveis (Nota 22)	817	817
Recebimentos antecipados (Nota 20)	379	379
	245.504	26.787
Total do passivo	686.303	273.961
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	96.066	96.058
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	179.714	201.459
Total do patrimônio líquido	275.870	297.607
Total do passivo e patrimônio líquido	962.173	571.568



Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Receita líquida (Nota 21)		
Venda de gás	2.960.401	2.351.380
Contratos de construção	22.636	23.004
Outras receitas	929	13.481
	2.983.966	2.387.865
Custos e despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(2.727.271)	(2.090.091)
Custo dos contratos de construção	(22.636)	(23.004)
Pessoal	(4.359)	(4.142)
Utilidades, materiais e serviços	(4.258)	(2.400)
Serviços administrativos e outros gastos gerais (Nota 26)	(40.235)	(42.105)
Amortização	(17.135)	(16.908)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(2.561)	(2.735)
	(2.818.445)	(2.181.385)
Lucro operacional	165.521	206.480
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Nota 25)		
Receitas financeiras	3.740	5.552
Despesas financeiras	(4.369)	(3.170)
	(629)	2.382
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	164.892	208.862
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16(b))		
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 16 (b))	(52.888)	(69.988)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10 (b))	(462)	1.656
Lucro líquido do exercício	111.532	140.530
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	0,56	0,70

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital - incentivos fiscais	Expansão	Legal			
Em 31 de dezembro de 2012	95.981	90	76.939	19.196	82.653		274.859
Aumento de capital	77		(77)				
Dividendos adicionais aprovados					(82.653)		(82.653)
Lucro líquido do exercício						140.530	140.530
Destinação do lucro:							
Reserva legal				15		(15)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 4,8170 por lote de mil ações)						(9.610)	(9.610)
Dividendos propostos (R\$ 12,7913 por lote de mil ações)						(25.519)	(25.519)
Dividendo adicional sujeito a aprovação					105.386	(105.386)	
Em 31 de dezembro de 2013	96.058	90	76.862	19.211	105.386		297.607
Aumento de capital	8		(8)				
Dividendos adicionais aprovados					(105.386)		(105.386)
Lucro líquido do exercício						111.532	111.532
Destinação do lucro:							
Reserva legal				2		(2)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 4,8175 por lote de mil ações)						(9.611)	(9.611)
Dividendos propostos (R\$ 9,1588 por lote de mil ações)						(18.272)	(18.272)
Dividendo adicional sujeito a aprovação					83.647	(83.647)	
Em 31 de dezembro de 2014	96.066	90	76.854	19.213	83.647		275.870

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	164.892	208.862
Ajustes		
Amortização	17.135	16.908
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências	(183)	6.067
	16.952	231.837
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(160.003)	43.826
Tributos a recuperar	53.948	58.435
Estoques	(69)	(64)
Outros ativos	(598)	(120)
Fornecedores	221.311	(32.653)
Obrigações trabalhistas	62	0
Concessão a pagar	79.870	0
Tributos a recolher	(59.835)	(61.571)
Partes relacionadas	67	1.446
Outros passivos	(1.078)	44
	133.675	9.343
Caixa proveniente das operações	315.519	241.180
Juros pagos sobre empréstimos	(2.769)	(4.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(69.345)	(74.748)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.442)	(1.656)
	(73.555)	(80.656)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	241.963	160.524
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(239.609)	0
Aquisições de outros bens do intangível	(25.599)	26.107
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(265.208)	26.107
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(21.217)	(18.797)
Ingressos de empréstimos	150.000	7.458
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(139.073)	(108.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(10.290)	(119.886)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(33.534)	14.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.989	47.458
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.455	61.989
Transações que não afetam caixa		
Créditos/débitos restituíveis (Nota 22)	817	10.102

1. Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 19.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO S.A. inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO S.A. deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão, conforme descrito na Nota 2.7 (i).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas

seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" ou "*impairment*", considerando os critérios descritos na Nota 2.9. Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo

montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.7 Ativos intangíveis

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente

receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção

de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 12).

2.8 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais

baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2014 em decorrência dessa avaliação.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque

ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais e decorrentes de compras de gás para fornecimento às térmicas (Nota 22) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações

similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças

entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em

vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a CEG RIO S.A..

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas,

a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 235.677 (2013 - R\$ 93.585).

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 7.882 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 19.129 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos

futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(d) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajuste extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2013, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação

cambial. A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas a variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2014, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 278 mil (2013 - R\$ 70 mil), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação

àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação as contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de

Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 8 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Empréstimos e financiamentos	9.364	86.292	116.664
Fornecedores e outras obrigações	295.045		
Em 31 de dezembro de 2013			
Empréstimos e financiamentos	22.839	10.246	14.943
Fornecedores e outras obrigações	153.604		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de

caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	168.239	41.884
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(28.455)	(61.989)
Dívida líquida	139.784	(20.105)
Total do patrimônio líquido	275.870	297.607
Total do capital	415.654	277.502
Índice de alavancagem financeira - %	34	

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2014 foi decorrente, principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de 331.247 (2013 – 204.443) e como outros passivos financeiros no valor de 446.580 (2013 – 196.717)

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2014	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	301.214
Caixa e equivalentes de caixa	28.455
Depósitos Judiciais	1.578
	331.247

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2014	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	168.239
Fornecedores	295.045
Partes relacionadas	1.296
	464.580

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2013	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	141.211
Caixa e equivalentes de caixa	61.989
Depósitos Judiciais	1.243
	204.443

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2013	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	41.884
Fornecedores	153.604
Partes relacionadas	1.229
	196.717

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com *rating* AAA.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 46.053 clientes do segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional cujo faturamento representa aproximadamente 70% do total sem considerar as térmicas.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	28.455	61.989
	28.455	61.989

8. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2014	2013
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	120.046	98.160
Não faturado	235.677	93.585
Contas a receber	356.833	193.757
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(55.619)	(52.546)
Contas a receber de clientes, líquidas	301.214	141.211

O aumento do contas a receber em relação ao exercício anterior é decorrente do consumo de gás pelas Térmicas que representou cerca de 72% da receita total de 2014. A variação nas termoelétricas deve-se a necessidade de despacho de

energia, em função dos baixos níveis verificados nos reservatórios. Os anos de 2014 e 2013 registraram sucessivos recordes de consumo de gás natural no Brasil. O consumo em 2014 foi 20% maior que em 2013.

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), se aproximam do valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
A vencer	291.057	133.329
Até três meses	8.400	5.160
De três a seis meses	1.350	2.722
Acima de seis meses	55.619	52.546
	356.833	193.757

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial, clientes esses de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 15.305 e R\$ 26.964 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores

vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada

discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO S.A.. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final provável a CEG RIO S.A.. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	52.546	50.907
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	8.645	3.177
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(5.572)	(1.539)
Em 31 de dezembro	55.619	52.546

Os créditos vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso com 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 5 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 46.053 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos 3 clientes industriais, como também, pelo faturamento à CSN (Nota 6) não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contem ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9. Tributos a recuperar

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Imposto de renda	5	5
Contribuição social (a)	22.394	11.932
ICMS a recuperar (b)	15.789	11.843
PIS (c)	1.356	983
COFINS (c)	6.247	4.530
Demais tributos (d)	625	1.264
	46.416	30.557
Circulante	(39.778)	(23.648)
Não circulante - Realizável a longo prazo	6.638	6.909

(a) Refere-se a antecipações mensais da contribuição social.

(b) Refere-se, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínio cultural com incentivo fiscal.

(c) Refere-se, a novo regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

(d) Refere-se, substancialmente, a impostos retidos na fonte a recuperar

10. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:		
Provisão para devedores duvidosos	8.182	7.309
Provisão para contingências	1.759	2.024
Fornecedor - governo	416	1.319
Receita de ajuste a valor presente	(199)	(234)
Outras adições e exclusões	34	37
Ativo Diferido	1.163	1.362
Não circulante	11.355	11.817

(b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						Total
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Mudança de práticas	Outras adições exclusões	Ativo diferido	
Em 31 de dezembro de 2013	7.309	2.024	(234)	1.319	37	1.362	11.817
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	873	(265)	(903)	35	(3)	(199)	(462)
Em 31 de dezembro de 2014	8.182	1.759	(1.137)	1.354	34	1.163	11.355

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para

a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Ano	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
2014		1.419
2015	1.356	2.363
2016	2.262	2.363
2017	2.262	2.363
2018	2.262	2.363
2019	2.262	473
2020	452	473
2021	452	
	11.308	11.817

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe

uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Contas de partes relacionadas

	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	1.296		11.866
Gás Natural do Brasil S.A.			912
Em 31 de dezembro de 2014	1.296		12.778
Em 31 de dezembro de 2013	1.229	11.423	22.764

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Salários e encargos	563	531
Honorários dos administradores	3.652	3.465
Participação nos lucros	114	105
	4.329	4.101

12. Intangível

	Servidão de passagem	Software	Contrato e infraestrutura de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	129	477	294.506	295.112
Aquisição			26.106	26.106
Amortização	(19)	(227)	(11.431)	(11.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	110	250	309.181	309.541
Custo total	281	1.477	396.534	398.292
Amortização acumulada	(171)	(1.227)	(87.353)	(88.751)
Valor residual	110	250	309.181	309.541
Saldos em 1º de janeiro de 2014	110	250	309.181	309.541
Aquisição			25.599	25.599
Contrato de concessão			239.610	239.610
Amortização	(19)	(163)	(12.058)	(12.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91	87	562.332	562.510
Custo total	281	1.477	661.743	663.501
Amortização acumulada	(190)	(1.390)	(99.411)	(100.991)
Valor residual	91	87	562.332	562.510
Taxas anuais de depreciação (%)	6,7	20	Diversas	

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

(c) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 239.610 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG RIO S.A. e o Estado do Rio de Janeiro em 09/12/2014, onde a CEG RIO S.A. passa a deter o direito de abastecer as regiões de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu com GNC/GNL.

O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 79.870, sendo a 1ª parcela paga em 23/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016, seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar.

Considerando que trata-se de um aditivo que está sendo incorporado ao contrato inicial de concessão, a amortização final será em 2027, quando do vencimento do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2015.

(d) A composição dos bens incluídos na conta de contrato e infraestrutura de concessão está apresentado a seguir:

	Rede de gás	Outros	Total da operação	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	254.081	11.627	265.708	28.798	294.506
Aquisição	1.310	1.369	2.679	23.427	26.106
Transferência para imobilizado em operação	21.556	-	21.556	(21.556)	
Amortização	(9.781)	(1.650)	(11.431)		(11.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	267.166	11.346	278.512	30.669	309.181
Custo total	343.092	22.773	365.865	30.670	396.534
Amortização acumulada	(75.926)	(11.427)	(87.353)		(87.353)
Valor residual	267.166	11.346	278.512	30.670	309.181
Saldos em 1º de janeiro de 2014	267.166	11.346	278.512	30.670	309.181
Aquisição	2.395	560	2.955	22.642	25.597
Contrato de concessão	239.610	-	239.610		239.610
Transferência para imobilizado em operação	22.540	-	22.540	(22.540)	
Depreciação	(10.464)	(1.594)	(12.058)		(12.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	521.247	10.312	531.559	30.772	562.331
Custo total	607.637	23.333	630.970	30.772	661.742
Depreciação acumulada	(86.390)	(13.021)	(99.411)		(99.411)
Valor residual	521.247	10.313	531.560	30.772	562.332
Taxas anuais de amortização (%)	2027	Diversas			
Prazo de término da concessão (30 anos)					

(e) Obras em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 700 (R\$ 1.655 em 31 de dezembro de 2013) à taxa média de 11,39% (8,61% em 31 de dezembro de 2013).

Existem, na Companhia, bens do intangível que embora totalmente amortizados, ainda encontram-se em uso. Estes perfazem o total de R\$ 12.528 (R\$ 6.686 em 31 de dezembro de 2013) e se referem preponderantemente a veículos, máquinas e equipamentos e *software*.

13. Diferido

	Captação e transformação	Sistemas e métodos	Total da operação
Saldos em 1º de janeiro de 2013	18.708	1	18.709
Aquisição			
Amortização	(5.229)	(1)	(5.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13.479		13.479
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(40.811)	(111)	(40.922)
Valor residual	13.479		13.479
Saldos em 1º de janeiro de 2014	13.479		13.479
Amortização	(4.896)		(4.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.583		8.583
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(45.707)	(111)	(45.818)
Valor residual	8.583		8.583
Taxas anuais de depreciação (%)	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

14. Fornecedores

	2014	2013
De gás	(285.382)	(143.174)
De materiais	(3.896)	(2.607)
De serviços	(5.767)	(7.823)
	(295.045)	(153.604)

O aumento do saldo a pagar a fornecedor em 2014 com relação ao saldo de 2013 é decorrente do aumento do volume da venda de gás, conforme mencionado na Nota 8.

15. Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Financiamentos	19.036	33.315
Linhas de crédito	149.203	8.569
	168.239	41.884
Circulante	(8.836)	(21.851)
Não circulante - Exigível a longo prazo	159.403	20.033

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 92,5% do CDI (106,8% em 2013).

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		x			8.569	
Banco Mizuho		x	523	80.000		
Banco do Brasil		x	337	68.342		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	x		7.976	11.061	13.282	20.033
			8.836	159.403	21.851	20.033

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de crédito

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 120% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificadamente a gaseificação dos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, além do avanço em zona já consolidada, Norte Fluminense e Sul Fluminense. Esse

financiamento possui vencimento final em 2014 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

(iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e possui, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

Ano	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
2015		8.972
2016	72.491	4.148
2017	84.147	4.148
2018	2.765	2.765
	159.403	20.033

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 40.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

16. Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	2014	2013
Imposto de renda a pagar	19.099	26.700
ICMS	3.147	2.974
Taxa Agência Reguladora	1.517	778
Outros	2.360	2.146
	26.123	32.598

(b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	164.892	164.892	208.862	208.862
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(41.223)	(14.840)	(52.216)	(18.798)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	2.403	865	2.403	865
Incentivos fiscais	24		124	
Adições permanentes	(433)	(156)	(522)	(188)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	(39.229)	(14.131)	(50.211)	(18.121)
Alíquota efetiva	24%	9%	24%	9%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT tem vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições

sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia optou pela adoção antecipada em 2014.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil

ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Gaspetro - Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de abril de 2014 e 29

de abril de 2013, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em 15 e 77, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2014	2013
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	111.532	140.530
Constituição da reserva legal	(2)	(15)
Base de cálculo dos dividendos	111.530	140.515
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	27.883	35.129
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	9.611	9.610
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	18.272	25.519
Dividendos adicionais propostos a aprovar	83.647	105.386
	111.530	140.515
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00	100,00

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2013, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatórios, a serem distribuídos aos acionistas no valor líquido de R\$ 9.610. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro

de 2013, no montante de R\$ 130.905, representado por R\$ 65,62 por lote de mil ações do capital social.

Em 26 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que será realizada em abril de 2015, o pagamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.611, a ser pago em parcela única no mês de julho de 2015. O registro contábil do benefício foi efetuado no dia 22 de dezembro de 2014, data que determinou o direito ao benefício. Dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 18.272 mil foram registrados para atender a previsão Estatutária. O saldo remanescente, no valor de R\$ 83.647, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2015.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010, a Companhia constituiu reserva de expansão com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores.

18. Contingências e depósitos judiciais

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas

instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2014	2013
Cíveis	3.496	4.219
Tributárias	1.167	1.163
Trabalhistas	372	176
	5.035	5.558

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.558
Adições	1.161
Baixas	(1.901)
Atualizações monetárias	217
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.035

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2014			2013		
	Provisões	Depósitos	Líquido	Provisões	Depósitos	Líquido
Cíveis	3.496		3.495	4.219		4.219
Tributárias	1.167		1.167	1.383	220	1.163
Trabalhistas	372		338	212	36	176
	5.035		5.034	5.814	256	5.558

As contingências tributárias referem-se principalmente a compensação indevida de ICMS antes do pagamento do imposto. A Companhia interpôs uma ação anulatória para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e anular respectivo ato declaratório de débito fiscal, considerando que a empresa já havia recolhido a integralidade dos valores exigidos a título de diferencial de alíquotas dos bens adquiridos de outro Estado.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem outros processos na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 35.411 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 36.188 em 31 de dezembro de 2013) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 9.770 (R\$ 9.362 em 31 de dezembro de 2013).

Em dezembro de 2013, a Companhia recebeu uma Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão. O montante em questão é de R\$ 21.799.

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 327 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 276 mil em 31 de dezembro de 2013) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionadas.

19. Compromissos

19.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 2,46 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 2,91 milhões de

metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG RIO S.A. se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS - e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Em 9 de setembro de 2011 foi celebrado o termo aditivo nº 5 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2016; (ii) redução das quantidades diárias contratuais - QDC's para o período de prorrogação; (iii) extinção da modalidade Firme-Flexível.

Desta forma, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de *Take or Pay*, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contra partida a PETROBRAS estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com *Take or Pay* de 80%.

Não houve pagamentos de *Take or Pay* para os anos de 2014 e 2013.

19.2 Compromisso com poder concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO S.A. assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG RIO S.A. assumiu o compromisso de expandir

o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Itaiaia, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os municípios Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios e Itaiaia já são atendidos com rede de gás canalizado, em cumprimento aos compromissos assumidos nos Termos Aditivos.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos demais municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendidos os Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG RIO S.A. de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

20. Recebimentos antecipados

Representado pelo pagamento antecipado para possibilitar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental do projeto para atendimento à termelétrica UTE Resende, decorrente do contrato de prestação do serviço de distribuição de gás celebrado entre CEG RIO S.A. e Ômega Engenharia e Assessoria Ltda.

Este pagamento foi reconhecido no passivo já que representa antecipação de consumos futuros.

21. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2014	2013
Vendas brutas de produtos, serviços e contratos de construção	3.208.297	2.599.561
Deduções da receita bruta	(224.331)	(211.696)
Receita líquida	2.983.966	2.387.865

22. Débitos restituíveis - compromisso de "Take or Pay" no contrato com termelétricas

A CEG RIO S.A. possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF (90%) e a PETROBRAS (10%). Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado "Take or Pay", no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas (56% e 70% da Quantidade Diária Contratada respectivamente), independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à termelétrica, bem como em pagamentos correspondentes à PETROBRAS, nesse caso na qualidade de fornecedora da CEG RIO.

Os pagamentos recebidos em exercícios anteriores foram reconhecidos no passivo já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense em anos anteriores fez com que a CEG RIO S.A. também não atingisse os limites

mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela CEG RIO S.A. a Petrobrás e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro, na conta créditos restituíveis.

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, a UTE Norte Fluminense não realizou nenhum pagamento relativo ao compromisso mensal de "Take or Pay", pois ao longo destes anos, ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. A UTE Norte Fluminense também não realizou nenhum pagamento relativo ao compromisso anual "Take or Pay" para os exercícios de 2014 e de 2013.

Adicionalmente, considerando que a UTE Norte Fluminense ultrapassou o compromisso mensal estabelecido para alguns meses de 2013, a mesma obteve o direito de recuperar o gás pago e não retirado em exercícios anteriores, totalizando um volume recuperado de gás de 59.192 milhares de m³ que corresponde a R\$ 9.925.

Abaixo a movimentação desses compromissos restituíveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.919
Recuperação de <i>Take or pay</i>	(10.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	817
Saldo em 31 de dezembro de 2014	817

23. Revisão tarifária

No final do segundo semestre de 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.795. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG RIO e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos

do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução – 13,7%.

Em razão do atraso de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, durante este período, a Concessionária arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, a AGENERSA também determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -6,24%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.795 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de nº 1.880, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2014	2013
Ganho na venda de equipamentos	(1)	(37)
Penalidades e indenização a terceiros	582	513
Tributos e taxas fiscais	1.360	1.306
Baixa de materiais e equipamentos	123	491
Cessão de capacidade de duto	461	442
Demais despesas, líquidas	36	20
	2.561	2.735

25. Resultado financeiro, líquido

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.103	3.665
Juros e multas	860	1.148
Outras receitas financeiras	873	484
Atualizações monetárias ativas	904	255
	3.740	5.552
Despesas financeiras		
Comissões	(45)	(47)
Encargos de empréstimos	(2.424)	(2.024)
IOF	(486)	(188)
Outras despesas financeiras	(999)	(598)
Atualizações monetárias passivas	(415)	(313)
	(4.369)	(3.170)
Resultado financeiro, líquido	(629)	2.382

A variação do resultado financeiro do ano de 2014 em relação ao ano de 2013 foi motivada, principalmente, pela menor renda de aplicação financeira e maior volume de dívida em 2014 em relação ao ano de 2013.

26. Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2014	2013
Serviços de manutenção	5.150	5.989
Serviço de profissionais independentes e contratados	28.717	27.959
Gastos gerais de escritório	469	312
Viagens e estadas	25	61
Aluguéis	569	488
Propaganda e publicidade	2.986	3.311
Perdas e recuperação de créditos	3.291	1.960
Provisões (reversão), líquidas	(972)	2.025
	40.235	42.105

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais

sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	435.486
Responsabilidade civil geral (*)	217.743
Responsabilidade civil - Administradores diretores e dirigentes (*)	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO S.A..



A Administração

80 Comitê de Direção

81 Conselho de Administração

82 Acionistas



Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor – Presidente

Antoni Almela Casanova
Comercial

José Eudes Freitas
Econômico-Financeiro

Vicente de Angel Zafra
Operações

Ignácio Pascual Lopez
Planejamento Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Kátia Brito Repsold
Gestão de Redes

Gilberto Guimaraes Rosa da Silva
Serviços Compartilhados

Daniele Viana Toval Conrado
Recursos Humanos

Márcio Gomes Vargas
Controle de Gestão

Daniela Helena Napolitano
Serviço a Clientes

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Flávio Campos
Informática

Ana Carolina Andrade Almeida
Auditoria Interna

Conselho de Administração

Sérgio Manuel Aranda Moreno
(Presidente)

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Lluís Noguera Pujol-Xicoy

Francesc Solbes Pons

German Patricio Macchi

Frederico Renan Simões Brandão
(Suplente em exercício)



Acionistas

Em 31 de dezembro, de 2014 o capital social da Ceg Rio estava representado por 1.995.022.644 ações (665.007.548 ordinárias e 1.330.015.096 preferenciais) todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Quantidade de Ações		Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
	Ordinárias	Preferenciais		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gas Natural (grupo)	468.575.702	720.345.159	59,60	70,46	54,20
Gas Natural Internacional SDG	468.575.701	720.345.159	59,59	70,46	54,20
Gas Natural SDG	1	0	0,00	0,00	0,00
Pluspetrol Energy SA	22.256.472	37.594.206	3,00	3,35	2,80
Gaspetro	174.175.374	572.075.712	37,41	26,19	43,00



ceg rio



www.gasnaturalfenosa.com